



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
Divisão de Acompanhamento Funcional e Formação Permanente
Setor de Formação Permanente

PLANO DE CURSO		
NOME DO CURSO: Lei 8.112/90 – Regime jurídico dos servidores públicos civis da União		
PROFESSOR: Rodrigo de Resende Pinha		
LOCAL DE REALIZAÇÃO: Av. Pasteur, 296 - Urca. Prédio da Nutrição 4º andar - sala 12.		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 12 horas	PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 19/07, 26/07 e 02/08. Terças-feiras, das 13h às 17h	ANO: 2022
PÚBLICO ALVO		
Servidores docentes e técnico-administrativos da UNIRIO.		
EMENTA		
Lei 8.112/90. Título II: Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição Título III: Dos Direitos e Vantagens; Título IV: Do Regime Disciplinar; Título V: Do Processo Administrativo Disciplinar.		
JUSTIFICATIVA		
O curso “Lei 8.112/90 – Regime jurídico dos servidores públicos civis da União” busca aperfeiçoar e atualizar os servidores sobre as normas legais do Regime Jurídico Único ao qual estão inseridos. É importante tanto para o servidor quanto para a Universidade o conhecimento, pelos agentes públicos, de seus direitos, deveres, vantagens, proibições, responsabilidades e penalidades.		
OBJETIVO GERAL		
Aperfeiçoar e atualizar os servidores sobre as normas legais do regime jurídico dos servidores públicos civis da União – Lei 8.112/90.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
- Caracterizar os direitos e deveres dos agentes públicos - Analisar as possíveis penalidades previstas na lei e suas formas de aplicação.		

- Compreender as licenças e afastamentos previstos na lei e os pré-requisitos para usufruir destes direitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1: Conceitos Iniciais

- Apresentação do curso
- Conceitos introdutórios de Direito Administrativo
- Contextualização e Aplicação da Lei 8.112/90
- Conceito de Agentes Públicos
- Classificação de Cargos Públicos

Unidade 2: Dos Direitos e Vantagens

- Vencimento e Remuneração
- Vantagens
- Indenizações
- Gratificações e Adicionais
- Férias
- Licenças
- Afastamentos
- Concessões
- Tempo de Serviço
- Direito de Petição

Unidade 3: Do Regime Disciplinar / Processo Administrativo Disciplinar

- Deveres
- Proibições
- Acumulação
- Responsabilidades
- Penalidades
- Disposições Gerais
- Afastamento Preventivo
- Processo Disciplinar

METODOLOGIA

Aulas expositivas, buscando promover o diálogo e troca de informações entre os alunos; aplicação e resolução de exercícios; discussão de experiências práticas.

RECURSOS DIDÁTICOS

Aulas expositivas com o uso do quadro e slides do power-point.

AVALIAÇÃO

A avaliação será baseada na participação das discussões em sala de aula, resolução de exercícios e controle de presença.

ENTREGA DE CERTIFICADO

O certificado de participação será entregue aos que obtiverem presença mínima de 65% de frequência.

BIBLIOGRAFIA

- **BRASIL. Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Senado Federal, 18 de abril de 1991. 170º da Independência e 103º da República.

- CARVALHO, Matheus; OLIVEIRA, João Paulo. **AGENTES PÚBLICOS: comentários à Lei 8.112/1990.** Ed. Juspodivm, 2017.

PROFESSOR RODRIGO PINHA

Assistente em Administração na UNIRIO, lotado na Diretoria de Pós-Graduação desde outubro de 2012. Possui formação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Estácio de Sá, especialização em Marketing pelo Ibmec e em Direito Administrativo pela Universidade Estácio de Sá em parceria com o Centro Educacional Renato Saraiva – CERS. cursando o 7º período de Direito pela Universidade Estácio de Sá.